

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Predio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 151.570 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 4.743.582 mil

e Ativos Totais de R\$ 4.775.692 mil. A Assembleia Geral deliberou quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		76.816	74.426
Caixa e Equivalentes de Caixa	6 e 14a	76.816	74.426
Não Circulante		4.698.876	3.848.517
Realizável a Longo Prazo		12.461	15.401
Créditos Tributários	15c	-	23
Tributos a Compensar ou Recuperar	15d	12.461	-
Investimentos		3.886.504	2.923.947
Intangível	8	799.511	903.069
Total do Ativo		4.775.692	3.923.943

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		32.110	61.531
Impostos e Contribuições a Recolher da Sociedade pela Média ponderada das ações ordinárias durante o ano	15e	28.588	7.875
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar	10c e 14a	1.440	52.206
Provisões para Impostos e Contribuições	10	-	-
Outras Obrigações	9	2.072	1.650
Patrimônio Líquido		4.743.582	3.861.412
Capital Social	10a	4.055.851	4.004.001
Reservas de Lucros	10b	274.477	124.347
Ajustes de Avaliação Patrimonial		413.254	(266.936)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.775.692	3.923.943

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais		291.932	169.738
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	262.758	99.788
Resultado Financeiro	11	9.164	69.950
Despesas Operacionais		(110.168)	(116.550)
Despesas Tributárias	13	(4.225)	(6.722)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(86)	(110)
Despesa Amortização de Intangível	8	(109.658)	(109.658)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		181.764	53.188
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	(30.194)	(15.708)
Lucro Líquido do Exercício		151.570	37.480
Número de Ações por mil		115.675	114.389
Lucro Líquido por Lote de mil Ações em R\$		1.310,31	327,65

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	181.764	53.188
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(174.296)	9.002
Amortização de Intangível	109.658	109.658
Resultado de Equivalência Patrimonial	(262.758)	(99.788)
Juros, Variações Monetárias Financeiras e Outras	(1.186)	(968)
Lucro Líquido Ajustado	2.468	62.100
(Aumento)/Redução em Ativos	(1.345)	(1.001)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	423	(18.770)
Imposto de Renda e Contribuição Social Paga	(2.549)	(3.549)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.747	37.102
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento de Capital em Investimentos	-	(910.137)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	-	(910.137)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(357)	(1.049)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(357)	(1.049)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.390	(874.064)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	74.426	94.810
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	76.816	74.426
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.390	(874.064)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma ("Sociedade") que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades com controla ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com o Pronunciamento Contábil (CPC) 1. As empresas preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Modelo funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações da investida no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis aplicáveis, exclusivamente a pagamentos e recebimentos em juros sobre o valor do principal em aberto.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente convertíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e representam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (NORA) - Patrimônio Líquido; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derivem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

São ativos financeiros mensurados a Valor Justo e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em longo prazo para obtenção de lucro no curto prazo ou para contabilidade de portfólio, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Financial and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar se os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se são originários de fluxos de caixa em datas específicas que se assemelham ou somente pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (NORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponíveis, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de giro as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%, e, existindo o controle, não há o controle sobre os ativos e passivos da entidade.

Os investimentos em coligadas são avaliados com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Ação (Goodwill)

O ativo (ou passivo) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ativo representa o excesso do custo de aquisição em razão da diferença da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ativo originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (desajuste) este é reconhecido imediatamente no resultado.

O ativo é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente do fluxo de caixa futuro esperados e o valor atual gerador de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ativo intangível e controlizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ativo não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos em uma venda de entidade incluem o valor contábil do ativo relativo à entidade vendida.

2.8) Intangível

Correspondem os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. O grupo de ativos intangíveis registrados na Sociedade é composto por Cartas de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência. A evidência obtida que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, seja:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuro decorrente a uma taxa preferida e a uma taxa preferida atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos no passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for não considerada como provável.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cujo expectativa de fluxo seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes.

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.004.001	140.742	(199.383)	-	3.925.344
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	(67.555)	-	(67.555)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	37.480	37.480
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	(30.075)	(30.075)
Destinações - Reservas	-	1.874	35.349	-	(37.123)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(357)	(357)
- Juros sobre Capital Próprio Propostos	-	-	(61.000)	-	(61.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.004.001	9.356	114.991	(266.936)	3.861.412
Aumento de Capital Social	51.850	-	-	-	51.850
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	680.190	-	680.190
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	151.570	151.570
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	831.760	831.760
Destinações - Reservas	-	7.578	142.562	-	(150.140)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(1.440)	(1.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.055.851	16.934	257.543	413.254	4.743.582

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	151.570	37.480
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(67.555)	(67.555)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	83.760	(30.075)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.1) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação
A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que é distribuída, independentemente de ser em dinheiro ou em ações, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.12) Reconhecimento da receita

CPV 47 - Receitas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retrair a transferência de bens ou serviços para Clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos despendidos pelos bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita de acordo com a legislação aplicável, por provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2.13) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.14) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre alíquotas temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários não são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro líquido, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 15.

2.15) Outros ativos e passivos

Os ativos demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata).

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, Alterações e Interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024

Alterações ao IFRS 16 (Correlacionado ao CPC 02) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adoção de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em nível de Sociedade, essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam a simplificar a divulgação de informações sobre o balanço patrimonial, permitindo que as entidades apresentem o balanço patrimonial em uma única demonstração. Essas alterações não se aplicam.

Alterações ao IAS 1 (Correlacionado ao CPC 20)

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

7) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

		Em 31 de dezembro	
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado
		2024	2023
Bradesco Bank (1)	1.256.510	3.323.782	282.768
Agio Bradesco Bank (2) (3)	-	-	-
Total	-	-	-

(1) Considera o resultado apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(2) O Agio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Empresa Bradesco Bank;
(3) A alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do Bradesco Bank foi definida com base no método de compra do CPC 15, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ativos intangíveis de vida útil definida, não reconhecidos na demonstração financeira individual do Bradesco Bank, e o goodwill.

8) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças.

		Em 31 de dezembro	
Carteira de empréstimos	Carteira de crédito	Depósitos	Licenças
		2024	2023
226.505	170.631	398.574	113.459
(8.414)	(12.336)	(27.021)	(61.887)
218.091	158.295	371.553	51.572

(1) O método para amortização dos intangíveis é o linear.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

		Em 31 de dezembro	
Provisão de editais e publicações	Valores a pagar pela compra de ações (1)	2024	2023
		2.072	30
Total	-	2.072	1.660

(1) Valores a pagar pela aquisição de ações do Bradesco Bank. Os valores estão sendo atualizados mensalmente de acordo com o dólar (PTAX) - Balcen e sem data de vencimento.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 4.055.851 (2023 - R\$ 4.004.001), dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

		Em 31 de dezembro	
Quantidade de ações	Ordinárias	2024	2023
		114.388.623	114.388.623
Total	-	115.674.529	114.388.623

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2024, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 51.850, elevando-o de R\$ 4.004.001, para R\$ 4.055.851, com emissão de 1.285.506 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 40,32173478 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas.

b) Reservas de lucro

		Em 31 de dezembro	
Reservas de lucros	Reserva legal (1)	2024	2023
		274.477	124.347
- Reserva legal (1)	-	16.934	9.356
- Reserva estatutária (2)	-	257.543	114.991

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 90% do Capital Social Integralizado.

Em observância na que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre Capital Próprio e dividendos a pagar

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

		Em 31 de dezembro	
Lucro líquido base	Reserva legal	2024	2023
		13.370	37.480
Reserva legal	7.578	1.874	11.591
Base de cálculo	141.392	38.606	11.591
Dividendos propostos	1.440	1,0	937

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

11) RESULTADO FINANCEIRO

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos	Variação monetária líquida	2024	2023
		7.908	69.271
1.256	739	9364	69.950
Total	-	9364	69.950

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
Serviços de terceiros	Editais e publicações	2024	2023
		85	136
5	14	85	170
Total	-	85	170

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Lecce Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela demonstração financeira". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
Contribuição à COFINS	Contribuição ao PIS	2024	2023
		364	2.805
59	-	59	456
Outras	-	2	3.459
Total	-	425	6.722

14) PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com o controlador direto (Banco Bradesco S.A.). A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato e controlador e empresas coligadas do controlado, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

		Em 31 de dezembro	
Caixa e equivalentes de caixa	Contribuição ao PIS	2024	2023
		2.888	2.290
Banco Bradesco S.A.	500	423	-
Banco Bradesco S.A. Nova York	2.388	1.867	-
Dividendos/JCP a pagar	(1.440)	(52.206)	-
Banco Bradesco S.A.	(1.440)	(52.206)	(61.000)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração
A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	Engarço total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	2024	2023
		181.764	33.388
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	-	(61.800)	(18.084)
Efeito no cálculo dos tributos	-	96.141	33.928
Participações em controladas, tributadas na Sociedade correspondente	-	(38.841)	371
Despesas individuais líquidas de receitas não tributáveis	-	-	20.740
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	-	(27.654)	(52.603)
Outros valores	-	(50.194)	(15.708)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
Impostos correntes:	Imposto de renda e contribuição social devidos	2024	2023
		(30.160)	(15.709)
Impostos diferidos:	-	(34)	1
Contribuição social no exercício, sobre adições e exclusões temporárias	-	-	1
Total dos impostos diferidos	-	(30.194)	(15.708)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

		Saldo em 31 de dezembro	
Outros	Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2023	2024
		23	(23)
25	-	(23)	-

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 12.461 (2023 - R\$ 15.378), referem-se, substancialmente, a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 78.588 (2023 - R\$ 7.675), referem-se a PIS/COFINS no montante R\$ 36 (2023 - R\$ 36), Imposto de Renda no montante de R\$ 41.778 (2023 - R\$ 0) e Contribuição Social no montante de R\$ 24.574 (2023 - R\$ 6.939).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023;
b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC SP218369/O-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/3BCC-AF45-5733-7019> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3BCC-AF45-5733-7019



Hash do Documento

CC382CB2D522C6FC1831BFBA26CBD1ECEBCF0ABDD8C88AADB6CF36DF4AD76AC8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2025 é(são) :

☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA
DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 28/03/2025 00:02
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE
NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

